

# Um novo Consea\*

*Silvio Caccia Bava*

*Silvio Caccia Bava é sociólogo, coordenador executivo do Instituto Pólis e membro do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.*

*Publicado em: 04/02/2004*

Quando o desemprego aumenta e a renda dos que continuam trabalhando cai, aí é que são mais necessárias ainda políticas públicas para garantir direitos, especialmente o direito à alimentação.

Em situações de crise social aguda, como vivemos hoje no Brasil, o Governo não pode adotar medidas cujos efeitos se sintam apenas a médio prazo. Ele tem de agir rápido e enfrentar os problemas sociais com políticas simultâneas, de vários alcances.

São necessárias medidas de urgência para garantir o que comer para os milhões de brasileiros e brasileiras que passam fome. O Programa Renda Básica da Cidadania é a resposta para estas urgências. Proposto pelo senador Suplicy como lei e sancionado pelo presidente Lula em 8 de janeiro deste ano, ele supera as deficiências, discriminações e clientelismos dos programas anteriores, que têm sua última versão, melhorada, no Bolsa-Família, e precisa ser implantado o quanto antes.

Simultaneamente, são necessárias políticas públicas que resgatem a dignidade das pessoas pela via do trabalho. Trabalho que crie condições concretas para a superação das condições estruturais de pobreza em cada região, em cada localidade, enfrentando os problemas específicos que aí se apresentam.

Na região do semi-árido, por exemplo, definida como prioritária pelo Programa Fome Zero, garantir água para consumo familiar é essencial. Ainda mais com a perspectiva de seca que se anuncia. E já existe a proposta de uma importante rede de entidades da sociedade civil, a ASA — Articulação do Semi-Árido, que mapeou as necessidades de água em cada município da região, e propõe a construção de um milhão de cisternas. O Governo e a iniciativa privada mobilizaram recursos que até o momento só permitem a construção de 15 mil cisternas. É muito pouco. É preciso mudar a escala destas iniciativas.

Em outras regiões serão outras as necessidades mais imediatas, mas todas elas podem ser mapeadas, como o foram as necessidades do Semi-Árido. Em uma pesquisa direta em 1.126 municípios do Semi-Árido, realizada em quatro meses pelo Instituto Pólis, em um projeto conjunto com o Instituto Ethos e o International Finance Corporation, estas necessidades foram identificadas pelos próprios agentes locais e sistematizadas no site [www.fomezero.org.br](http://www.fomezero.org.br), reafirmando a importância das contribuições da sociedade civil ao esforço governamental.

De todas maneiras, para enfrentar essa crise, é fundamental ampliar o investimento público e, com isso, gerar oportunidades de trabalho e atacar problemas estruturais da pobreza. Foi assim nos anos 20, na Alemanha, durante a República de Weimar; foi assim no período do New Deal, durante a grande recessão nos Estados Unidos dos anos 30; foi assim em todas as partes onde o governo priorizou enfrentar a crise social vivida pelos trabalhadores.

Reformar escolas, postos de saúde, criar quadras esportivas, construir moradias populares, implantar com a participação dos moradores redes de saneamento, consertar estradas, tudo isso é possível. Mas é preciso garantir também que este investimento público seja bem direcionado e aproveitado socialmente. Daí a necessidade de reforçar o papel dos Conselhos de Segurança Alimentar e outras instâncias efetivas de controle social sobre o gasto público. Não se pode simplesmente repassar recursos para os governos locais, especialmente num ano eleitoral.

A formulação da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional é responsabilidade do Consea e se fará com as contribuições da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar, a se realizar em março próximo. Nesta reta final de sua preparação precisamos que todos os ministérios que integram o Consea definam suas contribuições para o Programa Fome Zero em 2004.

O passo seguinte, depois da Conferência, é promover a integração das políticas sociais em cada território, no atendimento das necessidades particulares de cada região, reunindo esforços dos governos e da sociedade civil. Participando do seu planejamento e acompanhamento, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional pode ser decisivo para o sucesso dessas ações integradas da área social, que se anunciam agora com a reforma ministerial.

\*Texto originalmente publicado no Diário de São Paulo de 27 de janeiro de 2004.